

	CONTINENTE	AÇORES	MADEIRA
ocorrência	Res / Vis	-	-
categoria	VU	-	-

### Taxonomia

Aves, Charadriiformes, Burhinidae.

### Tipo de ocorrência

Residente e invernante.

### Classificação

VULNERÁVEL – VU (C2a(ii))

Fundamentação: Espécie com população inferior a 10.000 indivíduos maduros, que se admite que apresente declínio continuado do número de indivíduos e está concentrada numa única subpopulação.

### Distribuição

O alcaravão tem uma vasta área nidificação, desde Inglaterra, Península Ibérica, Canárias e Mauritânia até ao centro da Ásia e Indochina; apresenta área de invernada descontínua, na zona do Sahel, África Oriental e Arábia (del Hoyo *et al.* 1996). A Península Ibérica alberga também uma população invernante (de Juana *et al.* 2003).

Em Portugal Continental a população nidificante desta espécie encontra-se distribuída pelas regiões do interior Norte e Centro e por todo o território a sul do Rio Tejo, sendo claramente mais abundante no Sul do país (Rufino 1989). Durante o inverno, será de esperar que seja também nesta região sul que ocorra a maior concentração populacional (Elias *et al.* 1998).

### População

A população nacional foi estimada como contendo entre 2.500 e 10.000 indivíduos maduros. Esta espécie foi detectada em 192 quadrículas 10x10 km durante a realização dos trabalhos do Novo Atlas (ICN dados não publicados).

Desconhece-se qual a tendência desta espécie em Portugal. No entanto, a populações do Noroeste da Europa e Europa Central têm sofrido, nos últimos 20-30 anos, uma forte regressão, cuja causa principal é atribuída às alterações dos habitat tradicionais de nidificação (Tucker & Heath 1994), o que leva a admitir que o mesmo se verifique em território nacional. Com efeito, verifica-se a mesma tendência de alteração de habitat e nalgumas áreas as observações de campo sugerem um decréscimo do número de indivíduos.

*Burhinus oediconemus* (Linnaeus, 1758)



## Alcaravão



Em termos de estatuto de ameaça a nível da Europa, a espécie é considerada *Vulnerável*, embora ainda provisoriamente (BirdLife International 2004).

### Habitat

Em Portugal o alcaravão frequenta habitats abertos com vegetação herbácea e/ou arbustiva rala, com poucas ou nenhuma árvores, como dunas, pousios e culturas arvenses de sequeiro. Prefere locais a baixa altitude, ocorrendo ainda em planalto e, ocasionalmente, em searas (Rufino 1989). O ninho é feito no solo em zonas abertas, preferencialmente em superfícies irregulares e fragmentadas, mas também em superfícies planas com vegetação rasteira; muitas vezes em ramos depositados no solo, pequenos arbustos, etc. (Cramp & Simmons 1983).

Estudos realizados em Mourão indicaram que as preferências desta espécie, em período reprodutor, estavam significativamente associadas aos terrenos incultos, apresentando no local de postura uma maior percentagem de solo nu e pedregoso, e menor cobertura e altura da vegetação (Brito 1996). Durante o Inverno, no Baixo Alentejo as áreas de maior densidade estão associadas tanto à presença de estepe cerealífera como de dunas litorais (Elias *et al.* 1998).

### Factores de Ameaça

Como principais ameaças à conservação desta espécie em Portugal foram identificados



*Burhinus oedicnemus* (Linnaeus, 1758)

## Alcaravão

os seguintes factores: intensificação da agricultura, construção de estradas, albufeiras e outras infra-estruturas, abandono agrícola e do pastoreio extensivo, sobrepastoreio, utilização de agro-químicos, perturbação humana e o aumento de predação de ovos e crias, por corvídeos e cães assilvestrados.

### Medidas de Conservação

Parte da área de ocorrência do alcaravão está classificada como Zona Especial de Protecção (Estuário do Tejo, Costa Sudoeste, Ria Formosa, Sapais de Castro Marim, Douro Internacional e Vale do Rio Águeda, Campo Maior, Moura/Mourão/Barrancos, Castro Verde, Vale do Guadiana).

A conservação do alcaravão em Portugal depende: da promoção da cerealicultura extensiva com rotação de culturas, mediante aplicação de medidas agro-ambientais e/ou indemnizações compensatórias em áreas estepárias prioritárias; da manutenção do pastoreio extensivo e condicionamento do encabeçamento nas áreas mais importantes de reprodução; do incremento da sustentabilidade económica das áreas estepárias, nomeadamente através da certificação de produtos provenientes de áreas "amigas da avifauna estepária"; da elaboração e implementação de Planos de Gestão nas ZPE's com ocorrência da espécie (Moura-Mourão-Barrancos, Campo Maior, Castro Verde); do estabelecimento de uma estratégia conjunta Portugal/Espanha visando a conservação das aves dependentes da estepe cerealífera; do condicionamento/regulamentação da edificação, da actividade turística e da actividades cinegética em ZPE's importantes para avifauna estepária. Também a construção de vias de comunicação, de vias férreas, de linhas para o transporte de energia e outras infra-estruturas, de plantações florestais, vinhas e perímetros de rega nas áreas prioritárias para a conservação da espécie devem ser sujeitas a AIA, tendo em conta a perda de habitat estepário e a sua fragmentação, o incremento esperado no número de predadores e o efeito cumulativo/sinérgico dos projectos individuais. Nas principais áreas de nidificação da espécie deve ser controlada a predação por corvídeos e por cães assilvestrados; deve ainda ser restringida a utilização de maquinaria agrícola durante a época de nidificação e implementada a remoção de crias e ovos de risco para parcelas contíguas; a diminuição do uso de pesticidas e adopção de técnicas alternativas de controle de pestes deve também ser promovido.

Deve ser assegurada a monitorização de parâmetros populacionais, por forma a avaliar

as tendências na distribuição e no tamanho da população. Foi ainda identificada a necessidade de inventariar as zonas com características estepárias no Alentejo.

Importa também informar a comunidade rural e a população em geral sobre os valores naturais das áreas agrícolas extensivas de sequeiro e sobre as necessidades de conservação das espécies delas dependentes.